



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



## O Paradigma da Sustentabilidade no Cenário Contemporâneo: Considerações em torno do Ecodesenvolvimento e do Desenvolvimento Sustentável<sup>1</sup>

Elizabeth Cristina Castro GOMES<sup>2</sup>  
Débora Cristina Bandeira RODRIGUES<sup>3</sup>

### RESUMO

Em conformidade com o entendimento de Leff (2009), a sustentabilidade enquanto novo paradigma busca harmonizar de forma articulada as dimensões ecológica, social, cultural, econômica e geográfica, sendo fundamentais neste contexto, práticas efetivas de planificação dos governos, particularmente no âmbito das políticas sociais. No entanto, o fato de o modelo do ecodesenvolvimento ser compreendido como estratégia de base sustentável, não quer dizer que este não foi ou não tem sido apropriado pelo sistema econômico, o qual atua claramente na capitalização da natureza. O desenvolvimento sustentável na condição de modelo incorporado ao sistema capitalista global acompanhou o processo político de mudanças teóricas, técnicas e sociais e passou a ocupar um espaço privilegiado na agenda de discussões das questões socioambientais, especialmente a partir da década de 1970. Diante da necessidade de aprofundamento científico em volta do paradigma da sustentabilidade, elaborou-se o presente artigo por meio de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de suscitar a reflexão em torno do paradigma da sustentabilidade no cenário contemporâneo, considerando as perspectivas de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Inicialmente serão evidenciados alguns dos desdobramentos da questão socioambiental na sociedade capitalista, e posteriormente, as perspectivas do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão Socioambiental; Ecodesenvolvimento; Desenvolvimento Sustentável.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 7 - Interdisciplinaridade, Institucionalidade e Desafios nas Ciências Sociais na Pan-Amazônia do SISCULTURA.

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Pós-graduada em Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar pela Faculdade Salesiana Dom Bosco. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: elizabethgomes798@gmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é docente do Departamento de Serviço Social e Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: deb.band@gmail.com



## INTRODUÇÃO

A inserção da questão ambiental nas agendas políticas a partir da década de 1970, representa um marco para a retomada de valores éticos e humanos. Considerando a natureza e toda a sua biodiversidade como fundamentais para a manutenção da humanidade, o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável surgem como modelos distintos, os quais cada um a sua forma, objetivam apontar estratégias de conservação e preservação do meio ambiente.

A atual conjuntura global tem demonstrado por meio das inúmeras catástrofes socioambientais, a ausência de compromisso das nações mundiais em relação ao paradigma da sustentabilidade, especialmente ao retratarmos o comportamento dos países desenvolvidos, destacando neste cenário os Estados Unidos e o Japão, referenciados mundialmente enquanto modelos de potências econômicas.

Infelizmente, é reconhecido que o crescimento incontrolável destes territórios deu-se e continua dando-se em decorrência da utilização inadequada dos recursos naturais, objetivando primordialmente o exercício da racionalidade econômica, sem considerar aspectos relevantes ao processo de desenvolvimento, dentre estes, a relação entre a esfera urbana e rural, a valorização da cultura e dos conhecimentos tradicionais e específicos das populações e grupos residentes em territórios superexplorados e principalmente o reconhecimento da necessidade de adoção a uma perspectiva sustentável de desenvolvimento, capaz de promover o bem-estar do homem em suas diversas variáveis a partir do uso equitativo das riquezas oferecidas pela natureza.

Diante dessas breves reflexões, este artigo, construído metodologicamente por meio de pesquisa bibliográfica, fruto da revisão executada no processo de elaboração de um dos Projetos de Pesquisa de Dissertação a ser apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM), tem como objetivo geral suscitar a reflexão em torno do paradigma da sustentabilidade no cenário contemporâneo, considerando as perspectivas de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável.

Inicialmente a discussão dar-se-á ao redor dos desdobramentos da questão socioambiental na sociedade capitalista, onde serão demonstradas suas principais causas e



consequências, e posteriormente, as perspectivas do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável serão apontadas, com vistas a situar o leitor acerca das propostas trazidas por ambos os modelos de desenvolvimento.

## **I. Desdobramentos da Questão Socioambiental na Sociedade Capitalista**

Tendo como referência as contribuições de Silva (2010), a apropriação desenfreada de recursos naturais visando a sua conversão em mercadorias, aliada a superexploração da força de trabalho culmina no aumento das disparidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas. Neste sentido, compreende-se a questão socioambiental a partir dos apontamentos de Mandel (1985), como o resultado da acentuação das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Consoante Sachs (1986), a dimensão ambiental está vinculada a todos os aspectos inerentes à existência do homem, tendo como pressuposto a análise centralizada em 03 (três) elementos, sendo estes, o ambiente natural, o ambiente criado pelo homem e o ambiente social. É importante destacar diante da ênfase atribuída aos referidos elementos, a indispensabilidade de investigação dos impactos provocados pelas relações antagônicas entre os mesmos nas condições de vida e trabalho dos agentes sociais envolvidos no processo de manutenção e destruição do meio ambiente.

Em conformidade com Leff (2009), o sistema capitalista construiu-se sob uma racionalidade econômica, pautada na maximização dos lucros, o qual desconsidera as consequências da degradação ambiental. Por esta razão, o ambientalismo realiza críticas radicais ao capitalismo e à racionalidade econômica por ele sustentada.

A problemática ambiental, inserida nas agendas políticas especialmente na década de 1970, período de realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, em Estocolmo no ano de 1972, trouxe consigo a retomada de valores humanos, dos sentidos da existência, da solidariedade social, do cuidado com a natureza, dentre outros elementos até então postos à margem do processo de “desenvolvimento”. Segundo Leff (2009), o surgimento da crise ecológica passa a exigir a demarcação de limites ao crescimento econômico e demográfico e à utilização de recursos da humanidade, revelando o mito do desenvolvimento.

Em consonância com Leff (2009), aliados ao processo de degradação ambiental encontram-se os efeitos econômicos, sociais e culturais, os quais afetam drasticamente as



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



populações empobrecidas. Além disso, articulada à crise ambiental, a crise financeira dos países latino-americanos acentuou o cenário de empobrecimento e marginalização social, haja vista a implantação de modelos tecnológicos inadequados a estes territórios.

Como resultados mais expressivos do crescimento econômico, Leff (2009), destaca os intensos processos migratórios, o desemprego, a pobreza em suas múltiplas expressões, a aglomeração em assentamentos precários, a segregação social e a destruição das identidades culturais de grupos populações tradicionais e específicos. Diante deste complexo cenário, o paradigma da sustentabilidade surge como uma nova visão para a humanidade.

Antes de retratarmos de forma mais profunda os impactos causados pela adoção destrutiva à racionalidade econômica, enfatizada por Leff (2009), torna-se relevante demonstrar alguns dos agentes responsáveis pelas grandes catástrofes ambientais e sociais instaladas no mundo, ressaltando a influência exercida pelo capital, apoiado pelo Estado e sustentada em sociedades por estes alienadas e na maioria das vezes sem quaisquer perspectivas de mudança face às condições desumanas de vida e trabalho impostas.

Em primeiro lugar, considera-se primordial evidenciar o crescimento incontrolável da cultura do consumo alavancado nos países latino-americanos e mais especificamente no Brasil a partir da instituição de programas e benefícios sociassistenciais pautados na transferência de renda, visando possibilitar o acesso de famílias e/ou indivíduos em situações de extrema vulnerabilidade social a bens e serviços, entretanto, em função da ausência de orientações em torno da utilização qualitativa dos mesmos, como na alimentação, por exemplo, raros são os casos de superação da pobreza em suas diversas dimensões, ao contrário, constata-se a perpetuação do cenário de desigualdades.

No caso brasileiro o referido contexto torna-se ainda mais preocupante ao analisarmos de acordo com Silva (2010), o fato de o país ser reconhecidamente um dos territórios da América Latina onde a distribuição da riqueza socialmente produzida é distribuída de modo mais desigual, pois os dados mostram claramente a concentração de 75% da riqueza total da nação nas mãos de somente 10% da população representada por ricos, enquanto 90% da população usufrui apenas 25% destes bens.

Outro elemento importante na discussão acerca do padrão de consumo fortemente presente nas sociedades capitalistas, diz respeito ao quantitativo elevado de beneficiários do principal programa de transferência de renda do Brasil, sendo este o Bolsa Família,



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



salientando em termos numéricos a existência de 52 (cinquenta e dois) milhões de pessoas referenciadas a ele, sendo considerado de forma abrangente, o maior da América Latina.

Tais indagações nos levam a refletir criticamente sobre as reais intenções da execução de programas e benefícios de transferência de renda por parte do Estado, tendo em vista a existência inegável de um contingente de famílias ainda inclusas na linha abaixo da extrema pobreza.

Por outro lado, não se podem renegar as contribuições trazidas por eles, vistas as possibilidades de ampliação do acesso a serviços públicos essenciais, tais como, a saúde e a educação, no entanto, é importante compreender no processo de transferência de renda a política de acesso à informação e orientação, com o intuito de empoderar qualitativamente as famílias sobre o uso adequado destas ferramentas, desconstruindo assim a perspectiva de consumo desenfreado, pois esta prática compromete de forma grave o meio ambiente, vista a necessidade de ampliação do uso de recursos naturais.

Outro ponto a ser evidenciado enquanto causador das inúmeras problemáticas socioambientais vivenciadas mundialmente refere-se segundo Sachs (1986), às tecnologias utilizadas. Quando se propõe a articulação entre as novas descobertas científicas e os princípios da sustentabilidade, comumente esta última é tida como inimiga da tecnologia, considerando o seu caráter transversal, entretanto, esta difusão errônea sustentada pelo capital, visa mascarar os impactos causados pelo uso inadequado destes importantes conhecimentos, dentre estes, as várias formas de poluição, posteriormente transformadas em casos de doenças respiratórias, por exemplo.

O destaque atribuído às tecnologias neste texto dá-se em função do reconhecimento de sua importância, principalmente ao se enfatizarem as contribuições da ciência na própria evolução da humanidade, assim como, de mudança de postura em relação ao seu uso exagerado, porquanto este posicionamento anula em muitos momentos os saberes e conhecimentos específicos das populações e comunidades tradicionais, salientados por Rodrigues (2015) como mecanismos essenciais de proteção ao meio ambiente.

Tendo em vista o aprofundamento em torno de 02 (duas) das principais causas da proliferação das questões socioambientais, torna-se possível neste momento efetuar a apresentação de 02 (duas) das suas principais consequências, sendo estas, a insegurança



alimentar e nutricional e a dificuldade de acesso à habitação, especialmente em consonância com os princípios da sustentabilidade.

Um dos fatores a serem evidenciados nesta discussão refere-se à identificação do enfraquecimento e até mesmo inexistência em muitos territórios da produção de alimentos para subsistência, provocada pelo desejo incessante do capital em produzir em larga escala. Diante do avanço da agricultura industrial, aponta-se para o problema do desflorestamento, pois a consolidação dos grandes projetos da indústria alimentícia depende da destruição da floresta.

Ao resgatarmos a problematização dos programas e benefícios de transferência de renda, de forma especial na América Latina, chamamos a atenção para a necessidade de concessão dos mesmos, aliada ao comprometimento das gestões públicas em propiciar o conhecimento das famílias ao redor do consumo consciente de bens e produtos de fato responsáveis pela promoção do bem-estar.

Outro elemento chave na demonstração das consequências da racionalidade econômica nas questões socioambientais está voltado à dificuldade de acesso à habitação adequada, com condições dignas de sobrevivência das populações. Ao pontuarmos, por exemplo, em conformidade com Refkalefsky (2009), o contingente elevado de pessoas atraídas para a região amazônica no auge do período da borracha, principalmente vindas do nordeste brasileiro, verificamos o não preparo deste território por parte do Estado, para receber esta população, alocada em regiões de condições insalubres.

Diante da reflexão em voltas das principais causas e consequências da questão socioambiental, ressalta-se consoante Leff (2009), que os princípios da sustentabilidade, especialmente o ecológico, representam critérios para a reconstrução da ordem social e econômica, sendo, portanto, uma condição posta à sobrevivência humana.

Para Sachs (1986) a simbiose entre o homem e a natureza apresenta-se como o ângulo central ao desencadeamento de práticas sustentáveis a partir da perspectiva de um planejamento participativo e ao mesmo tempo político, em oposição à tecnocracia e à neutralidade.





## **II. Considerações Acerca das Perspectivas de Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável**

A partir da compreensão em volta dos desdobramentos da questão socioambiental na sociedade capitalista, o qual prima pela acumulação, manutenção e expansão do capital, torna-se possível a discussão em torno das estratégias de ecodesenvolvimento, bem como do desenvolvimento sustentável suscitada por Leff (2009), considerando o avanço da degradação ambiental como uma das manifestações da crise civilizatória vivenciada em escala global.

É inegável que o desenvolvimento do capitalismo trouxe consigo a emergência de inúmeras tecnologias e inovações científicas, responsáveis em muitos momentos, por exemplo, pela ampliação do mercado de trabalho, no entanto, observa-se a não preocupação com as questões socioambientais, nem tampouco com a sustentabilidade no momento de formulação e conseqüentemente de utilização destas ferramentas.

Isto porque, o princípio da sustentabilidade é comumente vinculado pelas políticas neoliberais a algo trabalhoso, dispendioso e até mesmo prejudicial ao processo econômico, tendo em vista a possibilidade de diminuição dos percentuais de mais-valia, gerada a partir da apropriação por parte do capital, da força de trabalho não paga ao trabalhador.

Entretanto, a partir dos inúmeros estudos, discussões e encontros executados neste segmento, mais especificamente entre as décadas de 1970 e 1990, constatou-se a relevância do pilar da sustentabilidade no âmbito das políticas públicas, referenciada por Sachs (1986), enquanto algo dinâmico e não estático, pois compreende as necessidades das populações.

Tal concepção remete a uma nova visão de desenvolvimento da humanidade, sendo esta refletida de forma expressiva na Agenda 21, documento construído durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, com o intuito de estabelecer acordos a serem cumpridos pelas grandes potências mundiais por meio da conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento.

Ao contrário do alcance das metas planejadas e pactuadas neste e em outros importantes eventos, verifica-se o distanciamento das grandes nações em relação ao cerne das questões socioambientais evidenciadas, fato visualizado por meio das contradições e conflitos instaurados a nível mundial, em muitos momentos provocados pela busca incessante de fortalecimento e/ou demarcação de territórios, assim como de expansão do capital.



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Para Sachs (1986), responsável pela definição do ecodesenvolvimento, caracterizado enquanto modelo preocupado com os efeitos do crescimento econômico sobre a natureza, a satisfação de necessidades básicas, a promoção da autonomia das populações, dentre outros fatores, a sustentabilidade está inserida em um campo de ações práticas que visam incorporar a dimensão ambiental às políticas de desenvolvimento.

Tal concepção adentrou esta agenda de discussões em função do reconhecimento de articulação entre a problemática ecológica e o processo de desenvolvimento econômico, contudo, a análise crítica demonstrada pelo autor aponta para a difusão de um discurso pautado paralelamente na harmonização da reprodução da natureza e do capital, a qual foi e tem sido banida, considerando a sua inclusão em uma arena de interesses individuais.

Isto porque, os objetivos do ecodesenvolvimento visam oferecer respostas efetivas às questões socioambientais geradas pelo sistema capitalista, entretanto, na ausência de uma teoria capaz de sustentar os referidos objetivos e definir uma práxis para a sua realização Leff (2009), aponta que as propostas do ecodesenvolvimento perderam forças no sentido de mobilizar os diferentes atores envolvidos nesta mudança de paradigma. Verifica-se então o processo de influência do discurso do desenvolvimento sustentável nas políticas socioambientais, sendo enfatizada por Leff (2009), a apropriação do conceito de sustentabilidade pela racionalidade econômica.

Por este motivo, a difusão do discurso do ecodesenvolvimento não obteve os resultados e/ou impactos esperados, porquanto o grande interesse de cientistas, estudiosos e representantes da opinião pública gira em volta de uma visão mais ampla e generalista, com vistas à transformação produtiva efetiva, capaz de abarcar especialmente a reprodução ampliada do capital.

Como forma de aproveitar-se da fragilidade teórica e ao mesmo tempo prática da concepção de ecodesenvolvimento, o capital atribui culpabilidade às questões socioambientais quando se trata do desenvolvimento desacelerado dos países menos industrializados, passando a oferecer de forma estratégica, subsídios para expansão da produção nestes territórios, desvinculando-se das problemáticas ambientais.

Neste contexto, ressalta-se de acordo com Leff (2009) a necessidade de fortalecer as estratégias de ecodesenvolvimento junto à arena das lutas sociais, tendo em vista a indissociabilidade destes importantes componentes, sendo recomendado como utilização de





artifício de convencimento do grande capital sobre a necessidade de manutenção do meio ambiente, o desenvolvimento científico-tecnológico, o qual engloba conhecimentos e habilidades capazes de incrementar a produtividade do ecossistema, exemplificado, dentre outras estratégias, na biotecnologia, hoje concebida como um novo meio de produção.

Consoante Leff (2009), a outra corrente que se coloca está representada pelo desenvolvimento sustentável, modelo pautado na proposta de uma política de consenso capaz de incorporar as diferentes visões e interesses de países, povos e classes sociais, tendo como finalidade satisfazer as necessidades atuais da população sem comprometer as gerações futuras. Neste sentido, a proposta de eliminar as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento garantiu a sua instituição em âmbito global, sendo o seu discurso disseminado até mesmo pela linguagem comum.

As contradições inerentes ao desenvolvimento sustentável são vistas particularmente na proposta de incorporação de aspectos ambientais na atividade produtiva, assegurando de acordo com Silva (2010), o crescimento econômico e não o desenvolvimento. Neste contexto, os princípios da sustentabilidade passam a concentrar diferentes interesses econômicos e sociais, inclusive por parte do Estado.

O fato de a crise financeira e até mesmo ambiental ser majoritariamente referenciada ao modelo de desenvolvimento e não ao modelo de acumulação, representa para Silva (2010) a incapacidade do sistema capitalista e conseqüentemente do Estado de resolver ou pelo menos amenizar as inúmeras expressões da questão socioambiental. A pobreza, considerada uma das suas mais evidentes expressões, a partir da década de 1990, passa a ser incorporada ao debate ambiental e tratada pelo Estado por meio de políticas compensatórias.

No entanto, as experiências latino-americanas, com destaque ao território brasileiro demonstram que a elevação de indicadores sociais depende de um conjunto de fatores e não somente dos investimentos nas políticas compensatórias, traduzidas, por exemplo, nos programas e benefícios de transferência de renda.

A reflexão crítica ao redor das lacunas também presentes na base do desenvolvimento sustentável perpassa ainda pela ausência de articulação deste modelo com o atendimento das necessidades básicas da população, a geração de empregos, o combate à marginalidade, a distribuição igualitária dos recursos socialmente produzidos, o respeito à diversidade cultural, dentre outros fatores (LEFF, 2009).



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



As breves reflexões propostas nesta seção em nenhum momento objetivam apontar o modelo adequado ou não ao enfrentamento das questões socioambientais, haja vista o reconhecimento das contribuições trazidas por ambos os modelos na discussão em volta da sustentabilidade.

Compreende-se que tanto as estratégias de ecodesenvolvimento como de desenvolvimento sustentável, para se realizarem, demandam um conjunto de transformações institucionais, jurídicas e políticas. Em decorrência da previsão de mudanças ecológicas, sociais, culturais, econômicas e até mesmo políticas, Leff (2009) pontua o desafio posto à mudança de paradigma em escala global.

São muitos os empecilhos vinculados às alternativas de mudanças globais em decorrência da força do discurso neoliberal, mascarado no propósito de erradicar as expressões da questão social<sup>4</sup> oriundas do modo de produção capitalista, o qual na verdade busca o fortalecimento econômico face à degradação ambiental.

Por esta razão, Leff (2009) difunde a ideia de articulação entre sustentabilidade e equidade como o único posicionamento a ser adotado em escala global para garantir o enfrentamento aos problemas socioambientais existentes em todo o mundo, sendo esta aliança um dos métodos capazes de desconstruir a racionalidade econômica.

---

<sup>4</sup> Em conformidade com o posicionamento de Yamamoto e Carvalho (1995), citados por Santos (2012), a questão social configura-se como a manifestação na vida em sociedade, da contradição existente entre o proletariado e a burguesia, sendo esta representação inteiramente vinculada à discussão de sustentabilidade, uma vez que as disparidades econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais, são frutos da relação insustentável entre o homem e a natureza, considerando o interesse prioritário deste primeiro em favor da racionalidade econômica.



## CONSIDERAÇÕES

Diante da reflexão central acerca das perspectivas de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável no cenário contemporâneo realizada neste estudo, enfatiza-se a necessidade de empoderamento das instâncias envolvidas no processo de difusão destes paradigmas, com destaque ao Estado, e conseqüentemente de fortalecimento das bandeiras levantadas por teóricos e principalmente pelas populações e grupos tradicionais, as quais primam pela efetivação de direitos humanos universais, estando a questão socioambiental no centro desta discussão.

Ao analisarmos as especificidades do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável, percebem-se claramente as reais intenções do grande mercado em optar pelo segundo modelo, tendo em vista a possibilidade de manutenção do seu poder a partir do uso aberto de recursos naturais renováveis e não renováveis, sem quaisquer preocupações com o futuro de escassez dos territórios, do meio ambiente e da própria humanidade.

Por esta razão, as referidas perspectivas estão vinculadas a uma arena de forças determinada pelo capital, o qual participa, apoia e adere aos grandes acordos ambientais realizados a nível mundial, com o objetivo de transferir o peso de suas responsabilidades às nações tidas por ele como inferiores, porquanto estas como forma de manter ou efetivar as relações econômicas pouco se opõem ou buscam organizar-se na mudança de posicionamento.

Sendo assim, a instituição da cultura ecológica e da racionalidade ambiental configura-se como fator primordial no processo equitativo tão almejado especialmente pelo ecodesenvolvimento, entretanto, a consolidação desta dupla a nível mundial demanda dentre outros elementos, a valorização da cultura de populações e grupos tradicionais, o reconhecimento de seus saberes e conhecimentos específicos, bem como a simbiose entre o homem e a natureza.

Diante deste cenário, pensar em alternativas sustentáveis de desenvolvimento que atendam as demandas econômicas, sociais, ecológicas, territoriais, políticas e culturais de forma efetiva, tem se colocado no final do século XX e início do século XXI como um grande desafio não somente para o Estado, como também para a sociedade civil, a qual encontra-se inserida nas questões socioambientais.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 08. Nº 13, p. 99-116, 2006.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; SANTIAGO, Jozane Lima. (Org.). **Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: FUA, 2014.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. (Capítulos 6, 7 e 8).

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

REFKALEFSKY, Violeta Loureiro. Amazônia como espaço de acumulação de capital: reflexões amargas sobre o passado. In: REFKALEFSKY, Violeta Loureiro. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: marco teórico. In: RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Conhecimentos tradicionais e mecanismos de proteção: estudo de caso nas comunidades de Ebenézer e Mucajá em Maués/AM**. Manaus: Edua, 2015.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. (Capítulos 6, 7 e 8).

SANTOS, Josiane Soares. Elementos para entender a concepção e gênese da questão social. In: SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Capítulo 1).

SILVA, Maria das Graças. As incomodas evidências da questão ambiental e as principais alternativas adotadas pelo Estado e pelas classes sociais. In: SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010. (Capítulo 2).